



Os descobrimentos que ampliaram o mundo

O termo *colônia* designa a posição jurídica de um país que é posse de outro (a *metrópole*), que, por sua vez, tem toda autoridade sobre ele do ponto de vista político, administrativo e, sobretudo, econômico – o que significa exploração das riquezas da colônia em benefício da metrópole.

A denominação *Colônia* (ou *colonial*) é dada a uma época específica da história brasileira, que vai de 1500 a 1822. Porém, com datas diferentes, ela é comum a todos os países das Américas, pois o nosso continente, desconhecido dos europeus até 1492, foi descoberto e explorado por determinados reinos da Europa por mais de quatro séculos até as primeiras décadas dos oitocentos (com exceção dos Estados Unidos da América, que se libertaram em 1776). Assim, podemos começar nossa narrativa pelo dia 12 de outubro de 1492, quando o navegador genovês Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, partiu de Palos para pro-

curar o caminho ocidental para as Índias (território que na linguagem da época englobava toda a Ásia).

O caminho até então conhecido, pelo leste, cruzava o mar Mediterrâneo e o Oriente Médio e estava dominado pelos árabes e turcos islâmicos desde 1453, quando eles tomaram a cidade de Constantinopla (atual Istambul). Isso foi um grande golpe para o comércio europeu que dependia da rota oriental para ter acesso a especiarias, sedas, joias e metais preciosos existentes na Índia, na China, no Japão, na Indonésia e nas ilhas do mar Índico. Portanto, encontrar outra rota era um objetivo geral acalentado por italianos, alemães, ingleses, franceses, espanhóis e portugueses. Os mais perseverantes e adiantados no projeto eram os portugueses, que, desde 1415, exploravam a costa africana desde Ceuta até a região do Congo. Os espanhóis, por sua vez, concentravam suas forças nos últimos combates da Reconquista, que visavam expulsar completamente os mouros da Espanha. Quando ela finalmente ocorreu, no ano de 1492, os Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, decidiram apoiar a viagem de Colombo, que, depois de anos de estudo e insistência, conseguira convencê-los da necessidade de testar a hipótese de que era possível alcançar as Índias pelo ocidente. É que o audacioso navegador acreditava – ao contrário de seus contemporâneos, com exceção dos portugueses – que a Terra era redonda. Antes de apelar para os espanhóis, Colombo tentara convencer os portugueses a bancar seus planos, mas só recebeu deles respostas negativas, talvez porque já soubessem que as Índias não estavam próximas da Europa, como ele acreditava.

Com o patrocínio espanhol, portanto, Colombo partiu em viagem e acabou chegando não às Índias, mas ao continente americano. Essa descoberta decepcionou inicialmente seus patrocinadores, que desejavam tesouros que pudessem ser imediatamente explorados; nas novas terras, aparentemente não havia nada para trocar ou roubar. Os habitantes das ilhas do Caribe não eram urbanos nem ricos, viviam nus em cabanas precárias. A única possibilidade de lucro seria usá-los como escravos no próprio local ou na Espanha. Mesmo tendo ficado claro que Colombo não havia chegado às Índias, a denominação de *índios* dada por ele aos nativos manteve-se, tendo sido utilizada pouco mais tarde com relação aos povos das Américas do Norte, Central e do Sul e empregada até hoje.

As pequenas peças de ouro encontradas posteriormente com os indígenas por Cristóvão Colombo (que fez ao todo quatro viagens para o território

recém-descoberto), contudo, foram suficientes para manter viva a ideia de que existiriam grandes tesouros nesse Novo Mundo. As incursões exploratórias dos europeus, portanto, continuaram.

A conquista do México pelo espanhol Hernán Cortez, em 1519, revelou ao mundo a existência na América de civilizações milenares governadas como Estados monárquicos, instaladas em cidades criadas por etnias sucessivas, como astecas e maias, precedidas por olmecas e toltecas, desde o período anterior a Jesus Cristo. Os europeus descobriram então que, além de casas e edifícios diversos, essas civilizações possuíam templos em forma de pirâmides em escada de pedra esculpida, onde, após impressionantes procissões, realizavam cerimônias religiosas ornamentadas com flores e penas coloridas. Em situações de crise, como guerras e calamidades naturais, esses nativos faziam sacrifícios humanos com jovens sedados, que tinham seu coração arrancado e oferecido aos deuses. Seu rei poderia também oferecer ao deus Sol o seu próprio sangue, obtido com cortes nos genitais. Rituais como esses horrorizaram os espanhóis, que acusaram os nativos de selvageria, e serviram de argumento para massacres da população local, o saque e a destruição de seu patrimônio.

Concepções de alguns clérigos católicos que alegavam que os índios não pertenciam à raça humana colaboravam para o morticínio. Contudo, o debate entre os adeptos dessa ideia e os religiosos que, além de denunciarem os maus-tratos aos indígenas, defendiam os seus direitos humanos, cresceu a partir de 1518. Essa questão filosófica só foi parcialmente resolvida em 1537 com a bula papal de Paulo III, que proclamou os índios “criaturas de Deus, iguais a todos” e proibiu sua escravização. Mas, na prática, o desprezo pela vida indígena por parte dos europeus que se consideravam seres superiores continuou.

Estudiosos modernos se surpreenderam ao constatar que maias e astecas tinham um grande conhecimento dos movimentos das estrelas e dos planetas, o que lhes permitiu criar calendários mais precisos do que os existentes na Europa e na Ásia na mesma época. Mas, no século XV, o que impressionou os conquistadores foi a enorme quantidade de ouro e prata encontrada com esses povos urbanos. Isso desencadeou uma furiosa corrida em busca do que seria chamado de *Eldorado*, um reino riquíssimo idealizado, cuja localização ficava sempre à frente dos exploradores e os estimulava a prosseguir.

A cobiça espanhola foi premiada com a descoberta de outra civilização, a dos incas no Peru, em 1524, que também era responsável por monumentos magníficos de engenharia e arquitetura (templos, muralhas, palácios, estradas e obras de canalização de água).

Os achados dos espanhóis eram acompanhados com atenção pelos portugueses, que aspiravam ter a mesma sorte em seus domínios.

OS PORTUGUESES E OS ÍNDIOS

A exploração portuguesa de novas áreas, fora da Europa, começara quando os portugueses, em 1415, tomaram a cidade de Ceuta, no norte da África, na continuidade de um plano de revanche contra os mouros islâmicos que séculos antes haviam dominado toda península ibérica. A partir de então, os portugueses prosseguiram em sua expansão pela costa africana rumo ao oriente (em 1488, o navegador Bartolomeu Dias descobriu que o cabo da Boa Esperança abria o caminho das Índias; em 1492, Vasco da Gama chegou à Índia). Mas também em direção ao ocidente, estimulados pela descoberta da América por Colombo. Em 1500, os portugueses aportariam no Brasil.

“BRASIL” OU “AMÉRICA PORTUGUESA”?

Quando nosso país foi descoberto, ele recebeu diversos nomes. O primeiro foi “Ilha de Vera Cruz”, porque o achamento foi feito por uma expedição patrocinada pela Ordem de Cristo, cujas bandeiras ostentavam a Cruz de Malta. Por volta de 1505, quando se viu tratar de algo maior, o território passou a ser chamado de “Terra de Santa Cruz”, nome que constava de mapas confeccionados nos primeiros anos. Por essa época, alguns portugueses se lembraram de uma lenda medieval a respeito de uma ilha que teria sido descoberta por São Brandão, nomeada de “Brasil”, e relacionaram-na com a descoberta de Cabral. O encontro de uma madeira que produzia uma tinta vermelha muito útil para tingir tecidos, o pau-brasil, consagrou no imaginário popular europeu o nome “Brasil”, que daí em diante passou a ser empregado nos mapas da primeira metade do século XVI. Um mapa resgatado por um historiador, por exemplo, já usa o nome “Brasil” em 1514.

A expressão “América Portuguesa” servia para distinguir as terras consideradas portuguesas do nome geral do continente, “América”, porque este sugeriria o direito de posse espanhola, mas foi pouco utilizado na época, bem menos que “Brasil”. Assim, consideramos o termo “Brasil” mais adequado para contar a história referente a esse território e seus habitantes.



Mapa de 1565 (feito por Giacomo Gastaldi, cosmógrafo da República de Veneza) em que o território já é chamado de Brasil.

Alguns anos antes, porém, Portugal e Espanha, intermediados pelo papa Alexandre VI, haviam negociado a divisão pelos dois países das terras do Novo Mundo (incluindo as ainda por descobrir), resultando no Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividia os novos territórios entre portugueses e espanhóis. As negociações foram difíceis, porque Portugal queria ampliar o meridiano muito além das Ilhas do Atlântico (Açores), que já lhe pertenciam. Os espanhóis, aproveitando os laços com o papa Alexandre VI, da família Borgia, queriam reduzir a extensão. Finalmente, pela bula *Inter Coetera*, ficou determinado que o limite ficaria a 370 léguas de Cabo Verde. (A insistência do rei de Portugal quanto à ampliação do limite do paralelo de Tordesilhas e outras menções a esse assunto em documentos contemporâneos convencem

muitos historiadores de que os portugueses já sabiam da existência do Brasil e tinham interesse em suas potencialidades sociais e econômicas.)

Em 1500, o rei português D. Manuel enviou ao mar a esquadra do comandante Pedro Álvares Cabral com objetivo principal de estabelecer relações diplomáticas e econômicas com os reis de diversos portos das Índias, visando alcançar as fontes originais das especiarias (que ficavam nas ilhas do oceano Índico, como Malaca, Ceilão e vizinhas; já se sabia que para ter acesso a elas seria preciso vencer o monopólio árabe das rotas comerciais, o que ocorreria anos depois).

Nessa viagem, o comandante Cabral fez um desvio quando atingiu certo ponto da costa africana, na região da Guiné, e, apesar do obstáculo das calmarias, chegou à costa baiana onde desembarcou acompanhado de seus homens em 21 de abril de 1500 – data que ficaria conhecida pela História como a do Descobrimento do Brasil.

O encontro dos portugueses liderados por Cabral com os índios brasileiros foi relatado de forma fascinante pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em sua carta endereçada ao rei D. Manuel:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chá e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chá e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa.

Já um piloto anônimo assim descreveu os nativos:

Estes homens [...] andam nus, sem a menor vergonha e seus cabelos são compridos, e têm o rosto raspado; as pálpebras dos olhos e as sobrancelhas são pintadas com desenhos brancos, pretos e azuis e vermelhos; usam os lábios da boca, isto é, os lábios de baixo furados e neles põem um osso grande como prego. Os outros usam ou uma pedra azul ou uma pedra verde e assobiam através dos ditos furos. As

mulheres da mesma maneira andam nuas sem a menor vergonha e são bonitas de corpo e usam cabelos compridos e as suas casas são de madeira cobertas por folhas e galhos de árvores.

Sem qualquer constrangimento, os portugueses se consideraram imediatamente donos das terras, das quais tomaram posse solene, com a colocação do marco português no local que chamaram de Porto Seguro e a realização da primeira missa em solo brasileiro. A seguir, a esquadra retomou seu rumo para as Índias.

Depois de outras incursões e novos contatos com os indígenas, os portugueses, no primeiro quarto do século XVI, já tinham uma visão geral dos habitantes da nova terra. Sabiam que eles viviam praticamente nus habitando grandes cabanas coletivas, abertas ou fechadas, cobertas com vegetação bem tecida. Dormiam em redes e usavam pequenas fogueiras entre elas para se aquecerem. Alimentavam-se de raízes (mandioca), milho, frutas, peixes e caça. Como armas, usavam lanças, arcos e flechas, machados, facas e cacetes de pedra. Não conheciam metais até a chegada dos europeus. A diversidade de utensílios fabricados por eles variava conforme as etnias e a região que ocupavam. Algumas delas construíam canoas, usadas nos rios e no mar para pesca, transporte e guerra.

Dentro dos diversos grupos indígenas havia uma divisão de trabalho básica, em que os homens caçavam, pescavam e produziam armas, ocas (para moradia) e, em alguns casos, cercas de troncos como proteção contra os inimigos; e às mulheres cabia o plantio e o preparo de alimentos, a coleta de produtos vegetais e alguns cereais, a tecelagem e os cuidados com as crianças.

Não foi difícil perceber que, entre si, os indígenas do litoral brasileiro viviam em estado de guerra constante na sua luta por território de caça e coleta (povos caçadores e coletores necessitam de grandes áreas para a alimentação). Seus combates, contudo, não eram muito destrutivos, porque as tribos eram relativamente pequenas, esparsas e nômades, o que impedia que as terras ficassem arrasadas e que as populações fossem aniquiladas.

Porém, chocou muito os europeus o costume indígena de capturar guerreiros inimigos que se destacavam pela coragem. No início, esses prisioneiros eram bem tratados, alimentados e podiam até receber uma esposa temporária. Depois, eram levados para o terreiro no centro da aldeia, enfeitados com penas e pinturas, onde eram amarrados a um poste enquanto a

tribo e convidados dançavam em volta deles e os provocavam. No momento culminante do ritual, o *morubixaba* (chefe guerreiro), com um *tacape* (espécie de bastão pesado), rachava a cabeça dos prisioneiros. Depois de ter o corpo esquartejado, seus restos eram assados em estrados e finalmente devorados pelos índios, homens e mulheres, que acreditavam que, ao comer os guerreiros, estavam absorvendo sua alma e sua potência.

Esse costume foi logo divulgado na Europa (por meio de relatos como do soldado mercenário Hans Staden, capturado durante lutas no litoral vicentino, que deu informações ao geógrafo Theodor de Bry) e causou terror e desprezo, alimentando a imagem de selvageria dos habitantes do Novo Mundo e as teorias sobre a não humanidade ou mesmo a animalidade dos nativos. Considerados animais, na visão de muitos europeus, os índios podiam ser maltratados, obrigados a trabalhar para os portugueses e mortos sem maiores considerações morais.

A propósito da antropofagia, é preciso informar que era uma característica de tribos tupis, não existindo entre os gês e os caraíbas. Além disso, como conclui o sociólogo Florestan Fernandes, tratava-se de um ritual religioso esporádico que permitia aos índios incorporarem as qualidades combativas do guerreiro devorado. Outros pesquisadores afirmam que ela era uma forma de inspirar terror nos adversários para que se afastassem do caminho das peregrinações periódicas das tribos antropófagas.

De fato, os primeiros contatos dos portugueses com os nativos brasileiros foram razoavelmente pacíficos, porque os lusos ofereciam presentes (como colares de contas coloridas, facas, machados e panelas de ferro) apreciados pelos índios por sua eficiência e durabilidade. Em troca, pediam-lhes o corte e transporte de madeira, especialmente o pau-brasil, além de outros produtos da floresta (penas de aves e animais, como macacos e araras) que seriam levados para Portugal para serem vendidos com algum lucro na Europa. Nessa época, os portugueses não encontraram o ouro que tanto cobiçavam e o sistema de trocas lhes pareceu uma boa opção. Na fase da troca, a boa convivência incluiu algumas uniões de homens portugueses com mulheres indígenas, com alguns lusos sendo, de certo modo, absorvidos pelas tribos. Havia também casos de naufragos (por exemplo, o do homem chamado Caramuru) e de possíveis desertores que se uniram com filhas de chefes e conseguiram exercer influência política quando da

vinda das autoridades portuguesas e das levas de colonos lusos, mediando os primeiros contatos entre os nativos e os recém-chegados.

Contudo, o período de relativa calma acabou quando os europeus, percebendo as potencialidades bélicas do ferro, relutaram em continuar a fornecê-lo aos índios. Depois de algum tempo, os índios se desinteressaram das quinilharias e os portugueses passaram a forçá-los a trabalhar. Foi quando começaram as primeiras rebeliões indígenas. Além disso, aumentou o número de portugueses interessados em se estabelecer e *colonizar* as terras, provocando atritos com os antigos ocupantes do território.

Os colonos construíram casas e povoados, desenvolveram a agricultura e passaram a querer obrigar os índios a trabalhar para eles em caráter forçado e supervisionado permanentemente, com vistas à geração de lucros. Além da violência física decorrente da tentativa de imposição do trabalho escravo, ocorreu também um grande choque cultural, porque normalmente os índios do Brasil trabalhavam apenas para satisfazer suas necessidades imediatas, não reconheciam chefes da mesma forma que os europeus e não compreendiam a noção de acumulação. Os portugueses – que, em sua maioria, haviam chegado sós, sem família – também passaram a roubar mulheres indígenas para usá-las como criadas, artesãs e objeto sexual. A partir de então, cresceram os ataques de lado a lado.

Outro grande problema do contato entre nativos e europeus foi a proliferação de doenças. Os corpos indígenas não tinham defesa contra moléstias europeias, como gripes, resfriados, sarampo, varíola e cólera; em razão disso, a mortalidade entre eles foi espantosa. Como exemplo, temos a epidemia de 1560-1562 que matou cerca de 10 mil índios no recôncavo da Bahia – os que fugiram da região levaram as doenças para tribos ainda não contatadas no interior do território, provocando muitas outras mortes.

Em 1540, um choque de índios com colonos acabou com uma grande migração de índios pela Amazônia em direção ao Peru, que deve ser incluída entre os males provocados pelo contato com a civilização europeia junto com a violência dos ataques, a escravização, o sequestro de mulheres e a disseminação de epidemias fatais. A migração dos índios pelo Amazonas – que deixou poucos traços documentais porque a colonização portuguesa ainda não chegara ali – também levou consigo para o interior as doenças europeias.

Os indígenas não aceitaram passivamente as imposições e os estragos em seu estilo de vida feitos pelos estrangeiros. No primeiro século da colonização, alguns grupos chegaram a organizar verdadeiros levantes, como os ocorridos na Bahia (por exemplo, o das chamadas Santidades, um movimento de tipo messiânico) e nas capitanias de São Vicente, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará. De fato, a resistência indígena foi generalizada em toda a colônia desde os Combates dos Caetés em 1556, massacrados em *guerra justa* (a justificativa de “guerra justa” – significando um ataque defensivo – foi usada pelos colonos para atacar índios após a Coroa ter proibido as expedições destinadas a escravizar indígenas) depois que os caetés, em 15 de junho, destruíram o navio que levava o bispo D. Pero Fernandes Sardinha além de muitos outros passageiros.

